

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 5.848, DE 2001

Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações – LGT, para incluir, como direito do usuário de telecomunicações, o questionamento de débitos lançados em conta telefônica.

Autor: Deputado Silas Câmara

Relator: Deputado Moreira Franco

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.848, de 2001, de autoria do ilustre Deputado Silas Câmara, tem por objetivo modificar a Lei Geral de Telecomunicações para incluir, como direitos do usuário de telecomunicações, o questionamento de débitos lançados em conta telefônica e a não obrigação do seu pagamento até a devida comprovação dos serviços prestados.

Na sua justificação, o autor da proposição salienta que o desequilíbrio de forças entre as prestadoras dos serviços de telecomunicações e os usuários comuns revela-se injusta para o consumidor. Nesse contexto, contesta a prática abusiva executada pelas grandes operadoras de suspender o serviço telefônico de assinantes inadimplentes mesmo quando questionadas sobre débitos indevidos lançados na conta telefônica. Por essa razão, o nobre Parlamentar propõe o estabelecimento de legislação específica para combater essa distorção.

De acordo com o despacho expedido pela Mesa da Câmara dos Deputados, o projeto de lei em exame deverá ser analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela Comissão de Defesa

do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consideramos de relevante interesse público a iniciativa proposta pelo autor do Projeto de Lei nº 5.848, de 2001, no sentido de oferecer condições de equilíbrio entre as prestadoras de telefonia e os usuários do serviço no que concerne ao questionamento de débitos lançados em conta telefônica considerados indevidos pelo assinante.

No entanto, cumpre-nos ressaltar que o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n.º 85, de 30 de dezembro de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL –, estabelece, em seu art. 62, o disposto a seguir:

“Art. 62 O Assinante tem o direito de questionar os débitos contra ele lançados pela Prestadora, não se obrigando a pagamento dos valores que considere indevidos.

Parágrafo único. O pagamento dos valores questionados pelo Assinante somente poderá ser exigido pela Prestadora quando esta comprovar a prestação dos serviços objeto do questionamento.”

De forma similar, a regulamentação do Serviço Móvel Pessoal, que gradativamente vem substituindo o Serviço Móvel Celular, estabelece o direito do assinante de interrupção temporária da fluência de prazos para suspensão do serviço em caso de inadimplência, desde que o usuário conteste os débitos contra ele lançados em conta telefônica pela prestadora. A seguir, transcrevemos alguns dispositivos que constam do Anexo à Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002, da ANATEL, que apresenta o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP.

“Art. 44. Havendo situação de inadimplência, a

prestadora deve tomar as seguintes providências:

I – transcorridos 15 (quinze) dias do vencimento da conta de serviços: suspender parcialmente o provimento do serviço, com bloqueio das chamadas originadas e das chamadas terminadas que importem em débito para o Usuário;

II – transcorridos 15 (quinze) dias desde a suspensão parcial: suspender totalmente o provimento do serviço, inabilitando-o a originar e receber chamadas;

III – transcorridos 45 (quarenta e cinco) dias da suspensão total do provimento do serviço: desativar definitivamente a Estação Móvel do Usuário e rescindir o Contrato de Prestação do SMP.

...

Art. 60. O Usuário pode questionar os débitos contra ele lançados mediante contestação dirigida à prestadora.

...

§ 3º A prestadora deve responder os questionamentos previstos neste artigo no prazo de até 30 (trinta) dias contado da contestação.

Art. 61 Nos Planos Pós-Pagos de Serviço a contestação dos débitos deve ser efetuada no prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de vencimento da conta impugnada.

§ 1º Formulada a contestação do débito, fica suspensa a fluência dos prazos estabelecidos nos incisos I a III do art. 44 até que o Usuário seja notificado da decisão da prestadora.”

O exame das normas mencionadas nos permite concluir que o objetivo proposto pelo autor da proposição já se encontra plenamente atendido no ordenamento jurídico nacional mediante legislação infra-legal.

Assim, conquanto reconheçamos ser meritória a iniciativa do autor do Projeto de Lei em análise, não consideramos adequada a instituição

de instrumento adicional para regular o questionamento de débitos lançados em conta telefônica considerados indevidos pelos assinantes do serviço.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.848, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Moreira Franco
Relator

2003_3972_Moreira Franco